

## SAERJ: Sindicato colabora, avança o Plano de Metas

Há muito que se discute dentro de nosso sindicato sobre os males que o Plano de Metas traz à educação pública do Rio de Janeiro. Dentre muitos instrumentos para a implementação deste Plano desponta o Saerj. De uma avaliação que seria diagnóstica passou a contar pontos no ranqueamento das escolas com vistas a bonificações.

Nesse momento o entendimento óbvio era o de que nós, profissionais da educação, deveríamos barrá-lo a qualquer custo. A principal forma de boicote era a paralisação nos dias de aplicação das provas, com convocação das regionais a irem para as escolas e impedir a

realização das provas.

**Com o tempo, a direção do Sepe foi abandonando essa pauta, e cada vez mais a resistência passou a ser feita quase que individualmente. Professores que vivenciam o dia a dia das escolas, e que se recusam a ceder a essa política tão nefasta, sofreram e sofrem perseguições de todos os tipos, sem praticamente nenhum apoio do sindicato.**

Na audiência de conciliação que a direção do sindicato teve com Wilson Risolia, uma das exigências do secretário para tirar o código 30 dado erroneamente nos 3 dias da greve de advertência (16,17 e 18 de abril) foi de que não houvesse mais boicote ao Saerj. O que isso nos mostra? Nos mostra que embora a resistência seja praticamente

individual, ela ainda incomoda a Seeduc, que parece querer unanimidade. Mas o que fazem as correntes majoritárias na direção do sindicato diante de tal questão? Ao invés de repensar a prática colaboracionista a que está acostumado, de rever sua postura e fazer a autocritica necessária, algumas delas (PT, Psol) defendem exatamente que se acabe com o boicote porque este não funciona.



ORC na Luta. REVOGAÇÃO IMEDIATA DO PLANO DE METAS

Isto ficou muito claro na assembleia extraordinária do dia 25/05 convocada justamente para discutir tal questão.

Enquanto isso, o governo avança no convencimento dos alunos ao condicionar o ganho de bolsas de estudo em universidades e acesso aos cursos do Pronatec à realização das provas do Saerj. E o que faz a direção do Sepe? Escolhe voltar à atenção unicamente à questão da certificação.

A irresponsabilidade da omissão neste caso é imperdoável, isto porque ao avançar o instituto do Saerj, avança a obrigatoriedade do Currículo Mínimo, avança a competição entre as escolas, avança o Plano de Metas em si. A bonificação pretende rasgar nosso plano de carreira, o Plano de Metas arruinar a educação pública. Nenhum desses é mais ou menos importante a se combater. Está na hora de a direção do sindicato escolher se vai lutar ao lado dos trabalhadores ou se continuará a colaborar com os planos da SEEDUC. O governo não cochila, não podemos mais aceitar que a direção do Sepe feche os olhos ao que lhe convém.

## O Levante Popular de Junho e o Silêncio Colaboracionista do SEPE

O mês de junho de 2013 foi marcado por uma série de protestos de massas em todo o país e nas principais capitais. Tais protestos que nasceram da auto-organização dos trabalhadores marginalizados ou uma reação em primeiro lugar contra o aumento das tarifas de ônibus, reajustadas no início deste mesmo mês, mas também contra os gastos elevados na copa do mundo, a precariedade dos sistemas de saúde e educação, e contra o alto custo de vida que assola no momento a maioria dos trabalhadores brasileiros e por fim contra o próprio sistema político representativo, uma vez que em muitos atos ouvia-se vozes ecoando o grito de “sem partido”.

No Rio de Janeiro, o Levante Popular, também chamada de a Revolta do Vinagre, teve início no dia 10 de junho e seu término no dia 30 do mesmo mês, sendo que neste intervalo de



Atos inofensivos e “pacíficos” (típico das burocracias sindicais e estudantis) foram deixados para trás na Revolta do Vinagre.

20 dias, dois grandes atos marcaram a jornada: a tomada da ALERJ no dia 17 de junho quando aproximadamente 300 mil manifestantes tomaram a Avenida Rio Branco; e a Batalha da Presidente Vargas no dia 20 de junho, quando aproximadamente dois milhões de manifestantes tomaram a avenida em direção a Prefeitura. Neste dia, a repressão brutal do Estado só não foi maior devido à resistência feita por milhares de manifestantes que contiveram o avanço do choque e do caveirão.

Este levante, mesmo que “espontâneo” se caracterizou pela ruptura com os tradicionais métodos de ato praticados no Brasil, especialmente aqueles feitos por sindicatos e movimentos

estudantis. Esta ruptura se deu pela introdução da ação direta, onde prédios públicos foram ocupados, destruídos, assim como bancos e lojas comerciais, além do enfrentamento direto com as forças de repressão. Nesse sentido, podemos dizer que o levante de junho foi anti-sistema, anti-estado e por fim anti-burocrático.

Nesse contexto, em que partidos políticos e sindicatos deveriam se integrar ao levante, mobilizando suas bases e categorias, tirando greves em solidariedade ao evento, tais atores fizeram ao contrário: desmobilizaram os atos. Como isso ocorreu? Iremos relatar abaixo a partir de um sindicato específico, o SEPE.

No dia 27 de junho, iria ocorrer um ato puxado pela Plenária de Luta contra o aumento da passagem cujo destino final seria a sede da FETRANSPOR.

Tal proposta havia sido deliberada na Plenária realizada no IFCS dois dias antes, na qual o SEPE participava. No dia do ato, ao chegar na esquina da Avenida Rio

Branco com a rua Araújo Porto Alegre, o carro de som do SEPE parou e disse para a massa que o ato se encerrava ali e que não iria continuar até a deliberação da plenária. Aos gritos de “**uhuhuh é traição**” e “**não tem comando**” a massa decidiu seguir o ato até o combinado no IFCS, sendo surpreendida com um forte esquema de repressão montado pela polícia.

No mesmo dia, pela manhã em assembleia unificada das redes estadual e municipal, nós da ORC propomos que se deliberasse imediatamente uma greve unificada das redes em solidariedade aos protestos e fomos derrotados. O mais grave é que nossa derrota foi resultado da união entre

paragovernistas (PSOL e PSTU) com governistas (PT), uma vez que a proposta de não greve havia sido defendida por um militante do PT.

Fica claro que os paragovernistas não fizeram o mínimo esforço para se integrarem ao levante. Pelo contrário, fizeram tudo para desmobilizar num claro e escandaloso acordão com os governistas, seja na unificação das pautas das centrais sindicais governistas, seja a reboque na

criação e propagação do “mito” do golpe de direita ou fascismo.

Nesse cenário, nós da ORC propomos a construção de comitês de mobilização por locais de estudo, trabalho e moradia afim de que continuemos nas ruas e impulsione ainda mais os protestos de massa, pois somente com mobilização pela base e através da ação direta conseguiremos conquistar nossos objetivos e dar um passo a frente na construção de um futuro melhor para todos.

**Abaixo o Sindicalismo de Estado!!!**

**Pelo Fim do Imposto Sindical e da Unicidade Sindical!!!!**

**Construir o Sindicalismo Revolucionário e de Ação Direta!!!**

**Viva o Levante de Junho de 2013!!!**

## **A Prática Burocrática da Direção do SEPE no ano de 2013**



**Atos Inofensivos e “ordeiros” das centrais burocráticas no dia 11/07 e ação direta no Leblon-RJ**

O ano de 2013 está sendo fundamental sob o prisma político e social no Brasil, no qual a luta de classes se acirra. E qual a política e postura do SEPE em relação ao Governo, à política educacional deste e a tal contexto? Desde a saída precipitada e rebaixada da Greve de 2011, o Sepe manteve sua política digna de um sindicalismo de estado: burocratizado, cupulista, corporativista, com pautas rebaixadas, que, conseqüentemente, leva à colaboração aos ataques do estado e à derrotas da categoria. Quais foram as efetivas ações do Sindicato perante o avanço do Plano de Metas, a reestruturação e flexibilização do trabalho na Educação? Estamos na metade do ano de 2013 a

avaliação das direções sempre foram: não temos conjuntura para atacar de frente o Governo, para entrarmos em greve!

Pois bem, este ano a conjuntura de aclave das contradições e lutas populares o Sepe insiste em se manter afastado de suas bases, desconsiderando os anseios, potencialidade de luta, insatisfação da categoria. Isto é perceptível quando, inclusive desde o ano de 2012, vem “esperando” os mandos e desmandos do governo: política de certificação, Saerj, uma matrícula e várias escolas, Conexão Educação, Projeto Autonomia, Novo EJA, aumento das terceirizações, militarização das escolas, privatizações, fechamentos de escolas, etc, etc.

Ou seja, o Sepe está, de certa forma, colaborando com tal política neoliberal. Está fazendo um sindicalismo colaboracionista, não rompendo com a deliberada política governista de fracionar a luta, realizando paralisações isoladas, inclusive para preservar os interesses eleitorais (eleições municipais de 2012 e para direção sindical) e fazendo atos em conjunto com as Centrais Sindicais governistas e de direita (CUT, Força Sindical, UGT, CGTB, NCST), que já mostraram claramente que não estão defendendo os reais interesses da classe trabalhadora, vide seus apoios a Reforma da previdência de 2003, às políticas do PAC (como Belo Monte), a continuidade das privatizações, criminalização de manifestantes (dedurando e agredindo manifestantes em 11 de julho), dentre outros.

Neste sentido, não podemos deixar de denunciar e relembrar fatos como o ato do dia 27, no qual o Sepe, na figura de Vera Nepomuceno, militante do PSTU, buscando dirigir o movimento e freá-lo, em cima do carro de som, falou de forma impositiva e passando por cima da deliberação da Plenária Contra o Aumento das Tarifas, que o Sepe e a categoria não deveria seguir o trajeto até a Fetranspor. Outro caso foi a votação sobre a entrada ou não em greve, na assembleia no mesmo dia, que a direção e lideranças das principais forças políticas do Sepe (Psol e PSTU) votaram conjuntamente pela 'não greve' defendida por um militante do PT. Comprovando que, apesar de minoritário, a linha política da direção sindical vem do PT. No geral essa linha significa evitar ao máximo o confronto direto com o governo do Estado através da ação direta.

Temos que citar também, a possibilidade de tal Sindicato se filiar à CSP-Conlutas. O que seria um ato gravíssimo, principalmente que já se mostrou não ser uma alternativa à classe, vide a diversos exemplos de omissões, traições e negociatas. Compondo, por exemplos, chapas com Articulação Sindical (PT-CUT) e PCdoB. Isso porque esta central nada mais é hoje do que uma central de Estado, que se alia a todo o sindicalismo de Estado, governista e patronal (CUT, CTB, Força, UGT, CGTB, NCST) Desta forma, demos que ter

clareza da necessidade de romper com tais políticas implementadas até então pelo Sepe. Neste sentido é necessário boicotar as centrais, com a suspensão do financiamento e que as entidades de base não participem dos próximos atos nos blocos das centrais. É fundamental combater o sindicalismo de estado e retomar a luta pelo Fim do Imposto, da Unicidade e da Carta Sindical.

A nossa tarefa é fortalecer o poder dos comitês e assembleias de base para entrar em Greve. Esta não é uma mera estratégia reivindicativa, mas também uma questão de princípio, por ser um mecanismo de enfrentamento direto com o Estado, de conscientização e politização da categoria. Concomitantemente, construir a mobilização e o trabalho de base! Sair às ruas, ocupar prédios públicos, criar espaços de base para discussões e deliberações por Regiões, ou seja, cumprir o que já foi deliberado em assembleia que são os Comitês de Mobilização.

Não podemos mais repetir práticas prejudiciais à categoria e a classe trabalhadora em geral, como a escolha por uma luta via parlamento e burocracia em detrimento da ação direta (mobilização, trabalho de base, greve, manifestações, ocupações, fóruns de debates, deliberações por locais e região de trabalho), colaborar (seja na omissão ou declaração) com a criminalização e repressão sistemática aos movimentos populares.

O Levante de Junho, a revolta do Vinagre, marcou o retorno da ação direta como método de luta, rompendo com as práticas parlamentares, ordeiras e cupulistas dos sindicatos. As direções sindicais ficaram assustadas com o levante do proletariado marginal, de sua auto-organização, solidariedade e horizontalidade, sem direções em cima de carros de som. Foi a ação direta que levou à redução das passagens, ao fim da demolição do Célio de Barros, do Julio Delamare e da antigo prédio do Museu do Índio e ainda pode chegar a PRIMEIRA desprivatização em 30 anos. Foi a força das ruas e não de partidos e correntes em negociações de gabinete que fez a luta avançar nas ruas.

**Avançar na Organização dos Comitês de Mobilização!**

**Construir o Fórum de Oposição pela Base!**